

Apresentação do dossiê

Marta Pinheiro¹

Wedencley Alves²

A transformação do sofrimento individual em causa coletiva passa hoje pela construção de uma representação da vítima, que é parte dos anseios de democracia e justiça, dentro do problema da consolidação dos direitos civis, sociais e políticos de cidadania. Essa transformação remete tanto à responsabilização social pelo sofrimento em face de catástrofes de várias ordens, desde guerras até acidentes naturais, quanto à questão do reconhecimento como exigência básica do ser no mundo (FRASER, 2001).

No entanto, não se trata de um tema articulado em torno de pontos pacíficos. Autores também apontam para a tendência de assimilação da vítima e seu sofrimento a uma lógica humanitária pouco politizada que ressalta mais a “vulnerabilidade humana” do que as condições históricas que engendraram o sofrimento.

É o que se pode denominar de “política de compaixão”, na qual encontramos, diante de um desastre, o sentimento moral de observadores mantido à distância, em uma relação hierárquica, imersos em um processo que tem efeitos perceptíveis tanto na ação pública quanto nas práticas individuais, tal como a obrigação de expor suas vidas como aval moral para merecer a generosidade pública (FASSIN, 2012). Um vínculo estabelecido entre a subjetivização e a subjugação (FASSIN; RECHTMAN, 2007), preso às armadilhas de um “psicologismo patologizante”; *ethos* que se empenha em aliviar o sofrimento, afastando o olhar das próprias causas e pela instrumentalização das emoções (FASSIN, 2005).

Cumprir pensar também o problema da “vítima” em termos de “vitimização” (ERNER, 2006), quando a multiplicação das aparições públicas das vítimas seria mais um sintoma da recusa do sofrimento e da democracia tomada pela caridade, destituindo a solidariedade para com a vítima.

1 Professora da Faculdade de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: <martaarpinheiro@gmail.com>

2 Professor adjunto da Faculdade de Comunicação (Facom) Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: <wedencley@gmail.com>

Surge, portanto, a necessidade de se problematizar a noção de vítima perante à emergência do uso deste termo nas últimas décadas como identificador de sujeitos e experiências. Nestas diversas interações, diversos grupos são reunidos tendo que negociar ideias, interesses e valores diferentes, disputas em torno da dimensão e da intensidade do acontecimento, do processo político de identificação e reconhecimento das vítimas, de reivindicação de direitos e de atribuição de responsabilidades.

Desta forma, o Dossiê da Revista Lumina nesta edição traz oito artigos que visam contribuir para a discussão sobre a condição de vítimas e as políticas de sofrimento, já alçada à questão de relevância no campo da comunicação. Seja pelas narrativas que ajudam a ordenar sentidos, heterogêneos sem dúvidas, sobre os desastres socioambientais, as tragédias e os sofrimentos individuais e coletivos no campo da saúde, seja pelos espaços ocupados nas mídias pelas próprias vítimas ou sujeitos do sofrimento.

Ordenamos o Dossiê em quatro setores, que agrupam de um a três artigos. Os desastres socioambientais são o tema dos três primeiros trabalhos. A começar pelos casos estudados por Revet (“Contar e Narrar os Desastres”). Em seu artigo, a autora lembra que, desde os anos 80, começa a se constituir um “governo mundial de desastres”, com base em bancos de dados, como o EM-DAT e o Desinventar, que constituem, em última instância, pelos modos distintos pelos quais classificam e contabilizam os desastres, diferentes narrativas sobre o que deve ser considerado ou não “um mundo desastroso” e as suas possíveis consequências para a definição daqueles que o habitam.

Em diálogo com o primeiro artigo, temos Valencio e Valencio (“O assédio em nome do bem”: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva), que se propõem a abordar a questão do desastre a partir de pelo menos dois aspectos: “a diversidade de características de sofrimentos das vítimas; e as interações sociais, que resultam em assédio das mesmas”. Para investigar esta dupla correlação, os meios de comunicação aparecem ao lado das organizações humanitárias e dos técnicos como atores privilegiados nas complexas relações sociais que enredam as formas de sofrimento e instituem as formas de identificação do assédio às vítimas.

Um caso mais específico foi analisado por Amaral e Motta (“O papel das vítimas nas narrativas jornalísticas sobre o desastre em Mariana”), em que o jornalismo aparece como figura central da produção de sentidos sobre a tragédia de Mariana. Mais especificamente os autores tratam de como os “telejornais configuraram as manifestações das vítimas” do rompimento da barragem. Identificou-se uma ênfase nos efeitos de “aflição”, “terror” e “tristeza” em detrimento das questões relativas às responsabilidades que levaram à tragédia. Neste caso, a narrativa de sofrimento subtrai a questão propriamente política e institucional.

O segundo setor deste Dossiê enfoca as políticas do sofrimento, tanto pelo lado das imposições de Estado, quanto pelas redes de resistência, como é o caso da experiência da luta antimanicomial em Belo Horizonte e o que Veloso e Marques chamam de “construção relacional das biopotências”. No texto (“Vulneráveis ou vítimas?”), os autores se propõem a apresentar uma dupla reflexão sobre os modos de “existência, vulnerabilidades e resistências que atravessam as experiências, interações e processos comunicativos de sujeitos e sujeitas em sofrimento mental em Belo Horizonte”

Resistência praticamente inexistente, décadas antes, quando centenas de pessoas acometidas pelo mal de Hansen foram submetidas ao isolamento e ao controle, e mesmo à orfandade. É o caso em estudo no artigo de Carvalho e Sousa (“Imprensa e Políticas de Saúde Pública”: a contribuição dos jornais na legitimação do isolamento compulsório dos leprosos em Minas Gerais – 1930), que mostra como, nos anos 30 em diante, a imprensa foi fundamental para a difusão e legitimação das políticas de isolamento compulsório dos pacientes, incluindo crianças destinadas à orfandade.

Um terceiro setor se abre na revista: os usos da rede pelos sujeitos do sofrimento. Vaz, Sanchotene Santos (“Gorda, sim! Maravilhosa, também!” corpo, desejo e autenticidade em testemunhos de vítimas degordofobia no *YouTube*) exploram a questão das vítimas dos padrões corporais em nossas sociedades. Para os autores, estas narrativas, produzidas por mulheres, mesmo que questionem aqueles padrões, acabam por funcionar como “um meio de os indivíduos (ainda) se constituírem enquanto desejáveis”, mesmo que recorram a “uma outra regra moral vigente”.

Também recorrem às redes, as mães que perderam seus filhos, tema de Lerner e Faria (“A maior das dores”: o luto das mães no espaço público), que se interrogam sobre os “sentidos sociais das emoções”, no caso da exposição pública da dor em blogs e Facebook, mas também em livros e na articulação de movimentos que demandam justiça. O objetivo, portanto, é a compreensão dos modos de comunicação do sofrimento ou, mais especificamente, “a construção do sofrimento no espaço público” e as estratégias das mães que perderam seus filhos para lidar com o luto.

Por fim, um objeto que faz dialogar estética cinematográfica, memória e sofrimento. Em seu artigo, Ikeda (“Em busca de uma imagem crítica”: memória, ausências e dor em *A imagem que falta*, de Rithy Panh), objetiva explorar a relação entre imagem, identidade e memória na obra do cineasta cambojano Rithy Panh, cuja dor como testemunha e vítima do regime do Khmer Vermelho é alçada “a uma poética da dor coletiva”.

Esperamos contribuir com este Dossiê, portanto, para o debate e a compreensão do tema, sabendo que, num mundo cuja centralidade das mídias – e aqui o plural é necessário e significativo – é incontornável, os sentidos sociais do sofrimento e da dor, das catástrofes, tragédias e desastres, estarão sempre em disputa, seja pela ação própria dos meios, seja pelas iniciativas de outros atores sociais que fazem deles espaço de resistência e, ao fim e ao cabo, de existência.

Referências

ERNER, G. *La société des victimes*, Paris, La Découverte, 2006

FASSIN, D. Governar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes. *Educação*, v.28, n.2, p.201-226, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2KCAtrW>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

_____. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. Berkeley: University of California Press, 2012.

_____. Recognition without ethics? *Theory, culture & society*, v. 18, n. 2-3, p. 21-42, 2001. Disponível em: < <https://bit.ly/2vr1VEy>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

_____.; RECHTMAN, R. *L’empire du traumatisme: enquête sur la condition de victime*. Paris: Flammarion, 2007.